



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA
TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 27 e 28 de março de 2014

Local: Santos (SP)

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Luis Gustavo Manfre (MTE/SRTE/SC), Antonio Carlos Garcia Junior (FUNDACENTRO/ES), Armando Ribeiro Moreira (MT), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), Guanito Prado A. Filho (FNP), Rogério Porto Veleza (FENCCOVIB), João Carlos Matar (CNT), Angelo Rosestolato Soares (CNI), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA); Luiz Antonio Fayet (CNA); Tatiana Oliveira (ABRATEC); William Cady Jr. (FENOP); José Adilson Pereira (CONTTMAF); José Carlos Patitucci Leitão (CNC); Itacir Cardoso Coelho (ANTAQ); Augusto Grieco S. Metrinho (MPT).

Dia 27 de março: 13:30 h às 17:30 h

Libra Terminais – Terminal 37

Inicialmente foi feita uma apresentação da empresa a todos os presentes, dando as boas vindas a todos. Após, O Sr. Prietro da LIBRA fez uma apresentação dos procedimentos já realizados ou em andamento do terminal para aplicação da NR 35.

Terminada a apresentação foi realizada uma visita no terminal com o objetivo de verificar “in loco” uma operação de embarque de containeres com o equipamento de proteção coletiva chamado UMTA – Unidade Móvel de Trabalho em Altura.

Após, houve um pequeno intervalo e um debate sobre o assunto. No final o AFT Sr. Lumbrera, coordenador da NR 35, fez suas ponderações, apresentando um convênio de intercâmbio entre a União Européia e o Brasil sobre segurança em trabalho em altura, onde algumas atividades foram escolhidas para compor este trabalho, sendo uma delas a portuária. Dessa forma, para possibilitar este intercâmbio informou que está trazendo um consultor internacional para conhecer nossas práticas, propostas e dificuldades. Propôs então, na próxima reunião da CPNP, em maio, um Workshop sobre o assunto, o que foi aprovado por todos.

Dia 28/03/2014 - Reunião Extraordinária da CPNP

A reunião iniciou às 09h00min do dia 28/03/2014 nas dependências da CODESP. A representante do MTE e coordenadora, Rosângela Mendes, recepciona os presentes e passa a palavra ao Sr. Renato Barco, Diretor-Presidente da CODESP, seguido pelo Sr.

Paulino Vicente, Diretor de Engenharia, e Sra. Alexandra Grota, Gerente SSMA, que dão as boas vindas e desejam um bom dia de trabalho.

A mesa inicial é desfeita e após a conferência de quorum, dá-se início a 5º Reunião Extraordinária da Comissão Permanente Nacional Portuária. Inicialmente a Sra. Rosângela faz a explanação da pauta e comenta que a proposta inicial seriam visitas em mais de um terminal. No entanto, como não havia tempo disponível, houve apenas a visita ao Terminal da LIBRA no dia anterior quando foi apresentado um container-gaiola com braços articulados usado para peaço e desapeação de containeres em altura, e hoje haverá apresentação de boas práticas de trabalhos realizados sobre o assunto por outro terminal de containeres - SANTOS BRASIL.

1. Apresentação do terminal Santos Brasil de alternativas para o cumprimento da NR 35

O Sr. Ricardo, SANTOS BRASIL, faz a apresentação mostrando vídeos sobre utilização de container gaiola horizontal para destravamento de castanha, utilização de plataforma vertical, utilização de plataforma de inspeção na área da balança central, utilização do framer de segurança, trabalho em altura na rampa de veículos no TEV, manutenção de luminárias em postes, entre outras.

Quanto ao *uso de container gaiola*, o Sr. João Renato, representante da estiva de Santos e membro da CPATP de Santos, comenta que já houve casos de destravamento do container-gaiola do spreader e por isso, no procedimento atual, o container-gaiola não estaciona sobre a pilha de containeres. Acrescentou ainda que falta sistema de rádio comunicação com o operador, pois apenas o pessoal vinculado da empresa usa o rádio, que não é fornecido ao TPA, dessa forma dificultando a comunicação.

Quanto à *plataforma vertical* para destravamento das castanhas foi observado que o acesso do trabalhador a essa plataforma exige o uso do cinto de segurança com duplo talabarte. Não está em uso ainda, pois estudos estão sendo feitos para posicionamento da linha de vida e trava-quedas. Comentários são feitos sobre a habilidade do trabalhador com o EPI devido ao uso do duplo talabarte. O Sr. Tarcísio, Sindicato dos Conferentes de Santos, indaga: como a plataforma possui três estágios, poderia trabalhar três trabalhadores ao mesmo tempo, um em cada estágio? O Sr. Ricardo da SANTOS BRASIL explica que o vídeo apresentado é uma performance para teste, mas que espera-se operar com os três trabalhadores.

O *framer de segurança* consiste em um dispositivo que é encaixado na parte superior do container, onde é engatado o cinto de segurança do trabalhador. É usado para inspeção de containeres, reparos, manutenção, destravamento e outros serviços. O Sr. Guanito, representante da FNP, colocou que se deve observar o uso dos quatro dispositivos do framer para seu travamento e que se um dos dispositivos estiver danificado não deve ser utilizado, ressaltando que o framer é um dispositivo de apoio e não deve ser usado para içar containeres.

A *plataforma usada na área da balança central* é fixa de modo que o container a ser manuseado deve ser levado a essa área e o trabalhador fixa o cinto de segurança nesta edificação e usa uma rampa que desce a partir do guarda-corpo e se apóia no container. Assim o trabalhador acessa a superfície superior do container.

No TEV, para destravamento dos carros, usa-se uma *rampa de acesso com guarda-corpo*, para acessar o caminhão cegonha e cinto preso ao caminhão. O Sr. Rogério Porto, FENCCOVIB, pergunta como se dá o acesso do trabalhador que vai retirar o carro do caminhão cegonha e foi explicado que deverá ser usado cinto de segurança preso ao caminhão.

Foi apresentado também o uso de *haste móvel retrátil que se eleva de postes verticais* e se posiciona sobre os caminhões-tanques para que o homem possa se prender e se movimentar sobre os tanques dos caminhões. Muitos caminhões já possuem guarda-corpos que podem dispensar o uso de cinto de segurança.

Para *manutenção das torres de iluminação* observamos *uso de linha de vida e trava-quedas*. Ao final da apresentação, Luiz Gustavo, representante do MTE, solicita que os vídeos sejam disponibilizados. O Sr. Guanito comenta que para os trabalhadores vinculados há procedimentos escritos, treinamentos, mas para os TPAs não há nada disso. Sugere ainda homologação do INMETRO quanto aos equipamentos apresentados. O representante da SANTOS BRASIL concorda em disponibilizar os vídeos e explica que há DDS e outros projetos com o OGMO a fim de incrementar treinamentos.

Rosângela agradece pela apresentação e comenta sobre os avanços observados, uma vez que vemos a aplicação dos preceitos de segurança para trabalho em altura não apenas na operação portuária, mas também envolvendo outras atividades.

2. Apresentação do OGMO – Santos - Diversidade das operações portuárias e a aplicação da NR35

O tema, “Diversidade das operações portuárias e aplicação da NR-35”, foi apresentado pelo engenheiro Ricardo Carvalho, chefe do SESSTP do OGMO-Santos. Inicialmente explica que do texto da NR-35 foram pontuados e apresentados apenas os cenários que seriam aplicados na NR-29, como a questão dos acessos e saídas do trabalhador ao local de trabalho quando envolve altura superior a 2,00m. Exemplifica mostrando diversas situações desta aplicação, como: escada de porta-ló com acilidade exagerada, escada apoiada inadequada para destravamento de container, escada de acesso a guindaste de bordo, escada de acesso ao porão, operação com pás eólicas, etc. Destaca uma série de dificuldades na identificação de quem seria o responsável direto pelas operações. Quanto ao desenvolvimento de procedimentos operacionais é difícil o entendimento com todos os atores envolvidos. Mesmo os procedimentos atuais estão carentes de adequações devido a novas técnicas e normas que proliferam, inclusive, a aplicabilidade da NR 35. Sobre os treinamentos necessários exigidos na NR 35, comenta sobre as dificuldades, pois muitas vezes os TPAs não querem participar, há também a dificuldade de liberação de verbas por órgãos oficiais. E ainda, como garantir o treinamento bienal? E como seria o treinamento sempre que ocorrer mudanças? Em sala de aula ou no local de trabalho? Destacou também como dificuldade do cumprimento, a aptidão física dos trabalhadores para trabalho em altura. Como impedir que trabalhadores com alguns tipos de doenças, tais como epilepsia, diabetes (insulino dependente), cardiopatias, labirintite, hipertensão descontrolada e outras, possam ser barrados na escalação? Sem falar na idade e obesidade. Como suspender ou impedir estes TPAs de trabalharem?.

A médica coordenadora do PCMSO do OGMO-Santos diz que não tem como garantir a aptidão física para trabalho em altura, muitas vezes o trabalho é liberado do ponto de vista médico e a queda, se ocorrer, deveria ser evitada pelo equipamento de segurança. Alega que é complicado o médico do OGMO não permitir o trabalho em altura, pois restringe o ganho do trabalhador avulso.

O representante da estiva de Santos comenta sobre a importância dos treinamentos também para os operadores portuários, que inclusive poderiam participar dos custos. O Sr. Rogério, representante da FENCCOVIB, sugere que a autoridade portuária poderia exigir a participação dos operadores e dos grandes terminais que requisitam avulsos, pois na hora da operação não há diferença no risco para o TPA e para o trabalhador vinculado. O Sr. William Cady, FENOP, complementa que os treinamentos de segurança são a cargo da

Marinha e que 2,5% da folha de pagamento de avulsos são destinados a treinamentos, no entanto não há repasse.

O OGMO-Santos retoma a apresentação onde comenta sobre outras dificuldades: cargas de formas diversas, fatores climáticos não são considerados impeditivos, escadas de acesso aos porões das embarcações sem condições, descarga de vagões, colocação da lona no costado do navio, entre outras. Nas considerações finais ressalta necessidades de: definir papéis, considerar turnos de trabalho no dimensionamento do SESSPT, eliminar a transferência de responsabilidades e solidificar a cultura de **prevenção** e não a de **reação**.

Rosângela agradece a palestra do representante do OGMO-Santos e é realizado intervalo.

3. Avaliação da visita e apresentações

Ao retomar os trabalhos após o intervalo, é realizada avaliação da visita a LIBRA no dia anterior e das apresentações.

A **bancada patronal**, através do Sr. Mario Mendonça, Syndarma, comenta que a visita a LIBRA foi excelente, e as palestras de hoje bastante elucidativas sobre trabalho em altura. Comenta que quanto ao futuro devemos considerar que situações específicas não devem ser normatizadas, mas que podem constar em Manual de Boas Práticas. Os procedimentos com containeres, normalmente operados em grandes terminais, até que podem ser padronizados, mas antes há necessidade de se conhecer soluções já existentes para criar padrões internacionais. As normas, no caso a NR-29 e NR-35 devem ser gerais e não podem ser específicas no detalhe, pois devido a constante mudança de técnicas tenderiam a cair no desuso. Daí a importância sobre o acordo de cooperação com a União Européia mencionado pelo AFT Sr.Lumbreras no dia anterior. Mais uma vez a questão dos treinamentos vem a tona pelo representante patronal que comenta que o treinamento para trabalho em altura é específico de cada empresa visando suas particularidades. O Sr. Mario, diz que há recursos no fundo de Ensino Profissional Marítimo e que deve ser mais bem aproveitado para os trabalhadores portuários avulsos.

Pela **bancada dos trabalhadores**, Sr. Adilson, CONTTMAF, agradece a presença dos membros da CPATP local e sua contribuição. Parabeniza a LIBRA pela sua gestão de segurança do trabalho e fala sobre a necessidade de se treinar o avulso tanto quanto o trabalhador vinculado. Sienta sobre a importância do uso de containeres e da necessidade de se conhecer a metodologia de manuseio no exterior a fim de aproveitar o que de bom já existe. Reconhece que os sindicatos devem divulgar a qualidade do trabalho ao invés de apenas se focar na produção. Dentre as dificuldades de aplicação da NR-35 destaca a variedade de cargas. Há cargas de diversas formas, como produtos siderúrgicos, pás eólicas, etc. Apesar de parecer simples, mas a operação com containeres envolve também diferentes tipos de guindastes. A NR-35 é idealizada para uma situação estática, no entanto, no porão, o cenário muda a todo momento. Não há uniformização das embarcações. Na informação prévia não consta detalhes do navio, nem da carga e não há como se preparar antes para todas as situações devido a essas adversidades. Vale salientar que novo risco é gerado com cada novo posicionamento da carga. Outro ponto de destaque é sobre a aptidão física do avulso, pois o acesso a qualquer navio ou porão envolve altura. Reconhece o desafio para os médicos do trabalho. Comenta ainda sobre a falta da Convenção Coletiva no porto de Santos e com isso a necessidade de se resolver as questões de relações do trabalho, dessa forma dificultando as exigências de segurança do trabalho. Na Convenção Coletiva poderia haver um complemento de contribuição dos operadores portuários para treinamentos. Comenta que apenas a NR-35 já proporciona as ferramentas para parar portos pelo seu descumprimento e riscos.

O Sr. Guanito, FNP, comenta sobre a qualidade do material apresentado que pode ser utilizado para Manual de Boas Práticas. Lamenta que Santos ainda não possua Convenção Coletiva e ressalta a importância da visão global do trabalho em altura pela empresa SANTOS BRASIL que apresentou situações envolvendo manutenção e supervisão de containeres entre outras atividades. Ressalta ainda a importância do selo do INMETRO para os equipamentos desenvolvidos. Enfatiza a necessidade do acréscimo de profissionais do SESSPT, inclusive para atender todos os turnos. Outro aspecto da aptidão física seria uma reavaliação por parte do INSS, pois não dá para reabilitar TPA porque nem sempre há atividade para tal. Conclui que os procedimentos operacionais padrões (POP) devem ser constantemente atualizados, inclusive com inserção da NR-35.

O Sr. Adilson complementa sobre a necessidade de valorização do sinaleiro e reconhece que principalmente o porto público é muito difícil devido à diversidade de operações e operadores, mas que é um desafio para esta comissão.

A **bancada do governo** se pronuncia através do Sr. Mauro Araújo, representante da Marinha e diz que a Marinha vem sofrendo cortes e por isso a liberação de recursos para treinamentos está sendo tardia, no entanto as dificuldades estão sendo levantadas e a busca de soluções realizadas.

Antonio Carlos Garcia, representante da FUNDACENTRO, comenta sobre a importância do Congresso Nacional a ser realizado nos dias 13 a 16 de outubro em Itajaí e da presença dos atores sociais. As inscrições para apresentação de trabalhos se encerra em 30 de junho. Há previsão da participação de especialistas da OIT sobre segurança do trabalho. Quanto a polêmica sobre as responsabilidades de aplicação de normas de segurança, comenta que do seu ponto de vista não há dúvidas de que o responsável é aquele que terá lucro e que soluções técnicas existem, o problema é a gestão e disponibilização de recursos. Comenta ainda que o SESSTP do OGMO deve fornecer a assessoria técnica e os operadores portuários devem providenciar os recursos necessários. Comenta que há muita discussão sobre treinamentos, mas que os treinamentos só podem ser realizados após definição dos procedimentos a serem adotados. Sugere que a Autoridade Portuária poderia dispor de algum dispositivo que descredenciasse os operadores que não cumprem a legislação, ou o OGMO não realizaria escalação para os operadores que não cumprem a análise de risco. Talvez o Congresso possa ajudar a divulgar cada vez mais a cultura prevencionista, tanto para os operadores, quanto para os trabalhadores. Questiona sobre a duração de 8 horas para o treinamento de trabalho em altura e que dependendo da atividade poderia até ser menor.

A Sra. Rosângela ressalta a alteração da palavra **zelar** por **cumprir** na NR-29 e com isso, todas as NRs, inclusive a NR-35, devem ser aplicadas aos portos, se couberem.

O Sr. Armando Ribeiro, Ministério dos Transportes, parabeniza a reunião extraordinária e entende que com a discussão dos assuntos relativos a aplicação da NR-35, as dificuldades estão sendo superadas.

Luiz Gustavo, MTE, comenta que a reunião extraordinária cumpriu seu objetivo, não apenas ao mostrar soluções, como também dificuldades. As proposições apresentadas devem ser encaminhadas a coordenação e por fim ao Lumberas para a elaboração de um Manual de Boas Práticas que abranja as mais diversas atividades portuárias.

4. Propostas e alternativas para a segurança do trabalho em altura nos portos

Rosângela propõe que, em maio, por ocasião da próxima reunião, ocorra a apresentação das práticas positivas e das dificuldades da aplicação da NR-35 às atividades portuárias sugeridas. Para esta ocasião, cada bancada teria um representante que organizaria os trabalhos a serem apresentados, salientando por exemplo: aptidão física, treinamento,

diversidade de cargas etc. Foi acordado o prazo para definição das apresentações do Workshop proposto pelo AFT Lumbreras como parte do convênio internacional entre União Européia e Brasil até 15 de abril, cabendo aos coordenadores de cada bancada apresentar trabalhos. O Sr. José Adilson é o coordenador da bancada dos trabalhadores, o Sr. Mário Mendonça (Syndarma) coordenador da bancada patronal e Rosângela, coordenadora da bancada do governo.

Dessa forma, as bancadas concordaram em aguardar o resultado dos trabalhos do Workshop para nova manifestação quanto ao assunto e a NR 29.

5. Informes e Outros Assuntos.

O local para a próxima reunião foi colocado em votação e foi sugerido e aceito Vitória do Espírito Santo, uma vez que não haverá Copa do Mundo nesse estado. Ficou acordado uma visita no dia 29/05 pela manhã a uma atividade que envolva granito ou produtos siderúrgicos e reunião à tarde da CPNP -29, que pode ser no local da visita ou na FUNDACENTRO, ficando o Sr. Adilson, representante dos trabalhadores e o Sr. Antonio Carlos para organizarem as atividades locais. Para o dia 30/05, todo o dia reservado para o Workshop, com a presença de um consultor internacional, para apresentação e discussão da aplicabilidade da NR-35 nos portos.

Ao final da reunião, Rosângela informa que todos os itens da NR-29 aprovados em 2013 já passaram pela CTPP e foram aprovados na íntegra, aguardando apenas assinatura do ministro e sua publicação. Informa que no site do MTE já está publicado os encaminhamentos da 29ª reunião, até a aprovação da ata na próxima reunião, para que se dê publicidade dos trabalhos realizados. Comenta que já foi enviada cópia da ata da 29ª reunião a todos em dezembro de 2013, mas que próximo a data da realização da 30ª reunião, será reenviada. A pauta prevista será sobre o regimento da comissão, explosivos na NR-29 e trabalho em altura em função do workshop que será realizado. Aguardam-se outros assuntos para serem pautados, não se esquecendo do prazo para serem apresentadas e incluídas na pauta. No item de explosivos ficou acordado que o representante do Exército será convidado pela SIT. Salienta-se que o prazo para entrega dos trabalhos do workshop é 15/04 e demais temas a serem discutidos na reunião até 20/04. Na havendo mais outros assuntos, a reunião foi encerrada.